

Aconteceu

KARDEX
TR. IGEM
XLR. A
P. F. N. 100

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwiuglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 10.000 (Brasil),
US\$ 58.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 72.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 1º A 7 DE JULHO DE 1985
Nº 315 - CIRCULAÇÃO INTERNA

POLITICA NACIONAL

SARNEY ACUSA RIBEIRO DE SER INÁBIL E REVOGA DECRETO

O Presidente José Sarney classificou ontem de inabilidade do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, a elaboração de um decreto que considera o município de Londrina, no Paraná, prioritário para fins de reforma agrária. Sarney revogou o decreto e convocou o Ministro ao Palácio do Planalto, para que dê explicações a respeito. Na realidade, o Decreto nº 91.390, assinado antontem pelo Presidente, se refere apenas a uma área de 1.651 hectares, em Apucarani-nha, no município de Londrina. Mas o texto do primeiro artigo declara todo o muni-cípio prioritário para reforma agrária, sem ressaltar que se trata de uma pequena região, onde há conflito com os índios apinajés. A notícia causou inquietação en-tre os proprietários rurais do Paraná, que pensaram que o decreto se referia à in-clusão de todo o município de Londrina como área prioritária. Os mais exaltados chegaram a anunciar que comprariam armas para impedir a ocupação de suas proprie-dades e a Sociedade Rural do Paraná enviou telegrama ao Palácio do Planalto, pe-dindo esclarecimentos. (O GLOBO - 4/7/85)

MINISTRO AFIRMA QUE IMPUNIDADE AUMENTA VIOLÊNCIA NO CAMPO

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, afirmou ontem que "a violência no campo não se restringe a episódios isolados, ela é crescente, resultado da impunidade que campeia no Interior brasileiro." Ribeiro disse que "o atual estado de coisas vai começar a mudar a partir de agora, quando o Ministério da Justiça abraça conosco a tarefa de solucionar conflitos, exigindo o cumprimen-to da lei com vigor e plenitude". Nelson Ribeiro defende a necessidade de adoção de uma estratégia institucional, "permeando horizontalmente todos os Ministérios, e fazendo chegar aos Estados uma nova mentalidade da política agrária, conscien-tizando a todos de que não existe num país democrático o jargão de que a terra é do mais forte. É para isso que estamos nos organizando para a administração de con-flitos fundiários, tal é a quantidade existente no País. Vamos administrá-los não por pressão, distante de situações tais como: o mais forte vai pressionar o poder público para receber apoio para a sua situação particular". (FSP - 3/7/85)

ULYSSES RECONHECE QUE PMDB É GOVERNO

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou pela primeira vez, ontem, que seu partido "é governo". Ulysses fez a declaração ao ser solicitado por um repórter que definisse claramente a posição peemedebista diante da administração Sarney, já que na última segunda-feira ele se esquivou, repetidas vezes, de tal definição, chegando apenas a dizer naquele dia que o PMDB "apóia o governo". Alguns jornais interpretaram que Ulysses havia manifestado o entendimento de que o PMDB não é "partido do governo". Ontem o deputado paulista explicou: "Eu não disse que o PMDB não é governo. Se temos ministros no governo e se tivemos participação decisiva na eleição do presidente Tancredo Neves e, em consequência, na eleição do presidente Sarney, o PMDB é, portanto, governo." (FSP - 4/7/85)

ANALFABETOS AINDA ESTÃO IMPEDIDOS DE TIRAR TÍTULO

"O analfabeto ainda não pode procurar o cartório eleitoral para tirar o seu título de eleitor, pois o Tribunal Regional Eleitoral não recebeu as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, para proceder o alistamento destes eleitores", declarou ontem o assessor de Comunicação do TRE, Francisco José Costa. Ele disse não saber quando isso acontecerá. De acordo com estimativa em poder do TRE, São Paulo tinha 571 mil mil analfabetos em 1980. O assessor de Comunicação informou que o alistamento eleitoral poderá ser feito somente até o dia 6 de agosto, para os que pretendem votar nas eleições de 15 de novembro. Este prazo será válido também para os analfabetos, que por enquanto não podem se alistar. (FSP - 5/7/85)

CONSTITUINTE

MDH DISCUTIRÁ NOVA CONSTITUIÇÃO

O Movimento de Direitos Humanos - que reúne entidades que lutam pela defesa desses direitos em todo o País - fará uma autoconvocação da Constituinte no seu 4º Encontro Nacional, em Olinda (PE), de 22 a 26 de janeiro do próximo ano. A decisão foi tomada pela comissão de apoio ao Serviço de Intercâmbio Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos (SIN). O objetivo da auto-convocação "é discutir a contribuição que a caminhada de quatro anos do Movimento de Direitos Humanos do Brasil pode dar à Constituinte." A comissão de apoio aprovou um manifesto pela Constituinte "livre, democrática, soberana e verdadeiramente representativa dos movimentos populares, partidos políticos e demais entidades comprometidas com a causa dos marginalizados e oprimidos." No manifesto, a comissão repudia "todas as tentativas e intenções de transformação do Congresso Nacional em Assembléia ou Congresso Constituinte." (FSP - 3/7/85)

ENTIDADE DE FAVELADOS DEFENDE CANDIDATO AVULSO À CONSTITUINTE

O presidente da Federação de Favelas do Rio (Faferj), Nahildo Ferreira de Souza, defendeu a instituição do candidato avulso (não ligado a partidos políticos) para as eleições da futura Assembléia Nacional Constituinte. Nahildo afirmou, durante um seminário sobre Constituinte e favelados, que a estrutura dos partidos políticos dificulta o aparecimento de candidaturas populares. "Normalmente, é exigido um atrelamento a candidatos já tradicionais dentro do partido. Além do mais, os partidos têm um limite de candidaturas, o que nos atrapalha ainda mais". "Estamos conscientes de que, sem a Constituinte, vamos continuar como estamos. É importante também mantermos a mobilização depois das eleições, para que possamos vigiar

nossos representantes e cobrar o cumprimento das leis que forem aprovadas na Constituinte", disse Nahildo de Souza. Outro líder favelado, o diretor da Associação dos Moradores do Morro de Santa Marta, Gilson Cardoso, afirmou que sua experiência como candidato a vereador nas eleições de 1982 (foi eleito segundo suplente do PT) serviu para diminuir o preconceito, "existente até mesmo nas favelas", de que "apenas os doutores possam ser vereadores ou deputados". (FSP - 7/7/85)

OAB REJEITA CONSTITUINTE PROPOSTA PELO GOVERNO

Diante de quase cinco mil pessoas no ato público pela Constituinte que encerrou as comemorações da independência ontem em Salvador (BA), o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta, conclamou o povo brasileiro a rejeitar a tentativa do governo Sarney de realizar "uma Assembleia Nacional Constituinte simulada, que não será representativa de todo o povo brasileiro, das suas necessidades, dos seus anseios, das suas aspirações e dos seus entendimentos". "É preciso, antes de tudo, que denunciemos a toda a sociedade brasileira as maquinações que são feitas, os conciliábulos que são urdidos nas quatro paredes deste país a fim de que mais uma vez o povo de nossa Pátria seja iludido e não seja detentor de uma Constituição democrática, capaz de resolver seus problemas de forma objetiva e concreta." A seguir, Hermann Baeta convocou o povo a se organizar e a "só eleger aqueles que desçam para discutir com o povo em praça pública, nos sindicatos, nas escolas e nas associações de bairro, e que efetivamente tenham condição de nos representar na futura Constituinte". (ESP - 3/7/85)

TRABALHADORES URBANOS

MINISTÉRIO PROPÕE A SARNEY FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O Ministério do Trabalho já tem pronta minuta de ante-projeto de lei para extinguir a contribuição sindical obrigatória. Na exposição de motivos, que será entregue ao Presidente José Sarney, o Ministério argumenta que a contribuição sindical é uma forma de atrelar os sindicatos ao Estado. A Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e as confederações e a maioria das federações defendem a manutenção da contribuição sindical; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os sindicatos e federações a ela filiados acham que a extinção do imposto é o primeiro passo a ser dado em busca da autonomia e liberdade sindicais. A CUT propõe que os trabalhadores contribuam apenas para os sindicatos aos quais são filiados. (O GLOBO - 5/7/85)

EM SÃO PAULO, DESEMPREGO AUMENTA 21%

O número de desempregados na Grande São Paulo aumentou de 825 mil em outubro de 84 para 1 milhão em maio último, representando uma elevação de 21 por cento. Essa foi o resultado de um estudo retrospectivo realizado entre o período de outubro e maio pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) em conjunto com o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), divulgado ontem. O estudo procurou diferenciar o desemprego em duas categorias distintas: o aberto, que define as pessoas que procuraram emprego nos últimos trinta dias e não encontraram, e o oculto, universo formado pelos desempregados que se utilizam de trabalho precário. Segundo esse critério, o aumento do número de pessoas desempregadas deve-se a elevação da taxa de desemprego aberto, que pulou de 7,3 por cento em outubro para 9,2 por cento em maio. (O GLOBO - 2/7/85)

O DIEESE DIVULGA SUA PESQUISA SOBRE A RAÇÃO ESSENCIAL

A ração essencial do trabalhador - relação de treze produtos básicos definidos pelo decreto-lei 399/83 - registrou uma elevação de 6,3% em seus preços no mês de junho último, segundo levantamento divulgado ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Nos últimos doze meses, o aumento foi de 169,7%. De acordo com o levantamento, um trabalhador que ganha salário mínimo (Cr\$ 333.120), precisou trabalhar 126 horas e 52 minutos para adquirir a cesta básica de alimentos, a um custo global de Cr\$ 176.080. O estudo mostra ainda que uma família composta por dois adultos e duas crianças, considerando-se o consumo destas equivalente ao de um adulto, teria uma despesa de Cr\$ 528.240. (FSP - 4/7/85)

METALÚRGICOS DIZEM QUE GOVERNO E MULTINACIONAIS QUEREM DESMORALIZAR SINDICATOS LIGADOS A CUT

"O governo e as multinacionais estão fazendo uma campanha política para tentarem desestabilizar o nosso sindicato. A greve da GM está servindo como bode expiatório para isso". A afirmação foi feita ontem por José Luiz Gonçalves, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), a respeito do promotor José Silvino Perantoni ter denunciado, na última segunda-feira, 33 trabalhadores que participaram da ocupação da GM, entre os dias 25 e 27 de abril, por crimes de constrangimento ilegal. O líder sindical salientou ainda que "as acusações que foram feitas são levianas e que o inquérito inclusive foi aberto a pedido do governador Franco Montoro, o que somente confirma a campanha política. Nenhum trabalhador mensalista foi agredido física e moralmente. Não é um caso de crime fazer uma greve. O que está acontecendo é uma tentativa generalizada - do governo e das multinacionais - para desestabilizar a nossa categoria". (FSP - 3/7/85)

GREVE NO RECIFE

Os cerca de 600 empregados da fábrica de condicionadores de ar Springer Nordeste entram hoje no terceiro dia de greve por melhores salários. A diretoria de recursos humanos da empresa, o Sindicato dos Metalúrgicos e a DRT desde ontem se reúnem para discutir as reivindicações dos trabalhadores, que são: estabilidade no emprego por oito meses, 30% de reajuste como adiantamento da correção que virá em setembro e readmissão dos três empregados demitidos por participação no movimento grevista. (ESP - 4/7/85)

GREVE NA PREVIDÊNCIA ENTRA NO QUARTO DIA

Aproximadamente 90 por cento dos funcionários da Previdência (Inamps, Iapas e INPS) do Estado já aderiram à greve da categoria, iniciada há três dias. Isto representa a paralisação de cerca de 65 mil dos 75 mil previdenciários. Todos os 18 hospitais do Inamps suspenderam as atividades, só atendendo a casos de urgência, como informou o comando de greve. No Rio, os previdenciários garantem que só suspenderão a greve com o atendimento de suas reivindicações, principalmente a extensão da gratificação de 80 por cento retroativa a 1º de janeiro a toda a categoria. (O GLOBO - 6/7/85)

PESSOAL DA SAÚDE DO RJ DECIDE VOLTAR A GREVE

Cerca de 600 profissionais da área da Saúde do Estado e do Município do Rio, decidiram ontem voltar à greve a partir da zero hora de segunda-feira, em protesto contra a falta de resposta do Governo às suas reivindicações. Suspensa há nove dias para negociações, a greve dos profissionais da Saúde começou no dia 7 de maio e envolve 137 mil servidores de toda a área médica dos órgãos estaduais e mu-

nicipais, que reivindicam a realização de concurso público, efetivação dos celetistas, elaboração de um plano especial de cargos e vencimentos e melhores condições de trabalho. Como as reivindicações dos grevistas só seriam discutidas com a suspensão da greve, segundo decisão do Governador Leonel Brizola, os profissionais paralisaram o movimento para aguardar uma resposta oficial, que veio ontem através de uma carta do Secretário Estadual de Saúde. No documento, o Secretário explica não ter tido condições de examinar as reivindicações dos profissionais e propõe uma reunião no próximo dia 10. A resposta foi entendida como uma omissão do Governo e a nova greve foi declarada. (O GLOBO - 5/7/85)

TRABALHADORES RURAIS

POSSEIROS OCUPAM FAZENDA EM RONDÔNIA

Com barracas de lonas, redes, cobertores e objetos pessoais, cerca de 100 posseiros da Fazenda Santa Júlia, a 76 quilômetros desta capital, na BR/34, acamparam na manhã de ontem nos corredores da Coordenadoria do Inbra em Porto Velho, com o objetivo de pressionar o órgão a dar solução ao conflito entre eles e o fazendeiro Salim Fênicius, de Goiânia, que se diz proprietário da fazenda. Acompanhados de mulheres e filhos (estão acampadas mais de 200 pessoas), os colonos afirmam que não pretendem sair da sede do Inbra antes de terem realmente uma solução para o caso. Eles contam com a ajuda do PT, da CUT e da Comissão Pastoral da Terra, que doaram comida para três dias. Durante todo o dia de ontem, eles tentaram em vão conversar com o Coordenador do Inbra em Rondônia, agrônomo Antônio Santiago. (O GLOBO - 2/7/85)

AGRAVA-SE SITUAÇÃO DOS 'BASIGUAIOS'

A situação das mais de mil famílias de "basiguaios" - lavradores brasileiros provenientes do Paraguai que desde o dia 14 do mês passado estão acampados no município de Mundo Novo, no Sul do MS - é de extrema gravidade. Falta alimentação principalmente para as mais de 2 mil crianças abaixo de dez anos, a assistência médica é precária e mais de cem famílias estão sem lona para amarrar seus barracos. Se o governo estadual e federal não agilizarem a assistência aos acampados, o prefeito de Mundo Novo, Ademar Antônio da Silva, pretende decretar estado de calamidade pública no município. "Estamos em desespero, pois não temos condições de atender os brasiguaios e a situação se agrava a cada dia que passa. Desde o início da chegada das famílias nós alertamos as autoridades para o problema e até agora só nos pedem relatórios e nada de solução, estamos malhando em ferro frio", desabafou ontem o prefeito. Segundo o médico do Hospital de Clínicas da cidade, José Carlos da Silva, já foram internadas 34 pessoas, entre elas 21 crianças. Os principais casos são de broncopneumonia, infecção intestinal e inanição. (FSP - 6/7/85)

CONFLITO DE TERRA NA BAHIA CAUSA 7 MORTES

Sete homens morreram num conflito entre pistoleiros e posseiros em Sarampo, no município de Canavieiras, 589 quilômetros ao Sul de Salvador. Às 5h da manhã de terça-feira, 12 pistoleiros com rifles e escopetas investiram contra nove posseiros que estavam instalados numa terra reclamada pelo fazendeiro Deli Dias dos Santos, de Montanha (ES). Quatro posseiros e dois jagunços morreram no local. Ontem, a Polícia prendeu seis pistoleiros e matou um que reagiu à bala à ordem de prisão. Temendo novos conflitos, 70 famílias deixaram a região às pressas, enquanto o Bispo de Itabuna, D. Paulo Lopes passou telegrama ao Presidente José Sarney pedindo

intervenção federal para pôr fim ao derramamento de sangue. O conflito pela posse da terra na região de Canavieiras é antigo. Desde 1977 foram mortos 36 posseiros, sendo que entre 1983 e 1984 foram assassinados por pistoleiros 23 trabalhadores rurais. Neste ano já morreram 12 posseiros. Na localidade de Sarampo, a disputa envolve mil hectares e, segundo o Incra, apenas 500 hectares têm titulação. Equipes do Incra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Itabuna, estão na área acompanhando as providências policiais. Um representante do Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, está sendo aguardado em Salvador para deslocar-se até Canavieiras. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a CPT de Itabuna e o Bispo D. Paulo Lopes, eleito por fazendeiros e posseiros como mediador para o conflito, além de providências do Ministério da Justiça, solicitaram ao Ministério da Reforma Agrária a imediata desapropriação das áreas em conflito, para assentamento dos posseiros. O Bispo viaja hoje para Sarampo. (O GLOBO - 4/7/85)

POSSEIROS SÃO TRANSFERIDOS

As 130 famílias de posseiros que deixarão as terras dos caingangues, em São Jerônimo da Serra, transferindo-se para os 1.651 hectares localizados na gleba Apucarantina, no Distrito de Tamarana, em Londrina, preparam-se para ocupar as terras que receberão. Alojados em barracas, essas famílias acompanharão a divisão dos lotes, segundo informou Mariângela Sommer, Chefe da Divisão de Planejamento da Coordenadoria Regional do Incra. Ela disse que só após o levantamento da área desapropriada será possível definir o tamanho do lote de cada assentado. Sabe-se porém que cada posseiro explorará seu lote individualmente e que a Extensão Rural prestará assistência técnica, definindo a vocação agrícola dos lotes. A Secretaria da Agricultura do Paraná fornecerá adubos, sementes e máquinas para derrubarem mata e iniciarem o preparo da terra para o plantio. (O GLOBO - 7/7/85)

FAZENDEIROS CONTINUAM A COMPRAR ARMA EM LONDRINA

Embora o Governo tenha revogado o decreto que considerou o Município de Londrina "área prioritária para fins de reforma agrária", o que segundo as lideranças rurais tranquilizou os proprietários, policiais afirmam que a venda de armas e munições na cidade e na região continuam aumentando. Eles não têm dúvida de que quem está comprando são latifundiários ou jagunços por eles contratados. Fonte da polícia, depois de ouvir alguns fazendeiros, concluiu que eles acham que o Governo pretende criar, através de desapropriação de terras, mais de 12 mil lotes para assentar os chamados "sem terra", baseando-se no decreto revogado pelo Presidente Sarney. O Presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), Basílio Araújo, entende que se a revogação do decreto devolveu a tranquilidade ao campo, algumas dúvidas que geram certa inquietação ainda permanecem. É bom lembrar que, depois da revogação do decreto, o Ministro e o Presidente do Incra, José Gomes da Silva, declararam que "as modificações introduzidas no decreto inicial tiveram o objetivo de eliminar as ilações políticas decorrentes do ato". Isso leva os fazendeiros a pensar que o Governo tem a real intenção de assentar 12 mil famílias, "o que é inadmissível se considerarmos que Londrina tem estrutura fundiária baseada na média e na pequena propriedade", diz Basílio Araújo. (O GLOBO - 7/7/85)

REFORMA AGRÁRIA EM LONDRINA LIMITA-SE A UMA FAZENDA

O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) transmitiu ontem, no começo da tarde, para a Sociedade Rural do Paraná, em Londrina, o texto do decreto que revogou o anterior, que determinava que todo o município era "prioritário para fins de reforma agrária", e limitou essa medida à fazenda Apucarantina, localizada no distrito de Tamarana, onde serão reassentados os posseiros que ocupam parte da reserva indígena dos índios caingangues, em São Jerônimo da Serra. Esse

novo decreto reduz a área prioritária - que englobava todo o município, segundo o decreto 91.390 - às dimensões físicas do imóvel denominado Apucarantina, com área total, conforme o texto, de 1.651 hectares. O decreto determina também que o trabalho do Incra, ali, objetivará "preferencialmente a criação de 130 unidades familiares". O número é aproximado ao das famílias (137) de posseiros que ocupam o "Cedro", que corresponde a uma parte da reserva Caingangue. Ao mesmo tempo, havia informações de que os posseiros da reserva indígena Caingangue de São Jerônimo da Serra, que deverão ser transferidos para a fazenda Apucarantina, estariam insatisfeitos com a escolha daquela área, situada numa região de solos fracos e topografia acidentada. (FSP - 5/7/85)

IGREJAS

IGREJA ANGLICANA TERÁ DIACONISAS

O Sínodo Geral da Igreja Anglicana aprovou ontem por 320 votos contra apenas 93 uma permissão para que as mulheres sejam ordenadas diaconisas, abrindo caminho para seu acesso ao sacerdócio. A medida depende ainda da ratificação do Parlamento, que supervisiona a Igreja, chefiada pela Rainha da Inglaterra. Segundo o jornal "The Times of London", os bispos estão alarmados ante a possibilidade de que a permissão aumente ainda mais o êxodo dos tradicionalistas anglicanos, favoráveis a uma aproximação com Roma. Recentemente, ao abordar o problema, o Bispo de Chichester, Eric Kemp, advertiu que a Igreja Anglicana enfrenta uma crise que só pode ser comparada à registrada há 150 anos, quando John Henry Newman, então o seu maior teólogo, converteu-se ao catolicismo e tornou-se cardeal. (O GLOBO - 4/7/85)

DOM EVARISTO FAZ DEFESA DA NICARÁGUA

"Como é possível que o país mais poderoso do mundo tenha medo de uma nação tão pequena como a Nicarágua? Na realidade, trata-se do medo de uma alternativa que está buscando uma identidade mas que deve ser cancelada do mapa porque perturba o gigante". A declaração é do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ao discursar ontem na sessão inaugural da 18ª Conferência da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID), que se realiza em Roma. Ao criticar a atitude dos EUA em relação à Nicarágua, o Cardeal brasileiro comparou o litígio entre Washington e Manágua à luta entre Golias e Davi. Segundo Dom Evaristo, os países ricos se preocupam com a pobreza apenas por temer que, em consequência da crise, os povos do Terceiro Mundo se revoltam. "Se os países desenvolvidos não têm uma alternativa para nossa pobreza, que respeitem as nossas decisões", afirmou, observando que o problema do Terceiro Mundo não está no confronto capitalismo-comunismo, mas na fome - de alimentos e de educação. (O GLOBO - 2/7/85)

ARCEBISPO ACUSA BISPOS QUE APOIARAM FREI BOFF

As manifestações de Bispos brasileiros contrárias à decisão do Vaticano de punir Frei Leonardo Boff foram consideradas pelo arcebispo de Aracaju, D. Luciano Cabral Duarte, um dos líderes da ala conservadora, "o fato mais grave e deletério acontecido na Igreja do Brasil nos últimos anos". Essas afirmações constam de uma análise do Arcebispo sobre "O caso Boff e a rebeldia contra Roma", publicada num livreto de 15 páginas que a Editora Petrus, do Rio de Janeiro, tem enviado aos prelados de todo o país. D. Luciano denuncia a existência de uma "imensa teia de confrontação com a Santa Sé a nível nacional e internacional" e critica um curso

de Teologia de Libertação realizado anualmente, segundo ele, em caráter secreto, em Itaipó, "financiado por organismos internacionais de ajuda, alguns simpatizantes do progressismo". (O GLOBO - 4/7/85)

VATICANO PODERÁ FIXAR PREÇO PARA REVOGAR PUNIÇÃO, DECLARA TEÓLOGO

O teólogo chileno Pablo Richard, um dos principais nomes da Teologia da Libertação na América Latina e cujos livros foram recentemente criticados por setores conservadores da Igreja no Brasil, disse ontem em São Paulo, que o Vaticano "poderá fixar um preço para revogar as punições contra Leonardo Boff". Explicou que esse "preço" poderá ser um maior controle sobre as publicações da Editora Vozes, com a exigência do imprimatur ("imprima-se") para os livros religiosos e a tentativa de limitar "a liberdade editorial" dessa empresa. Destacou que a revogação das penas impostas, sem julgamento, a Boff, significará "um triunfo passageiro". Para Pablo Richard, as punições contra Boff representaram "uma primeira experiência de ataque contra a Igreja no Brasil". Em sua opinião, a Cúria Romana "sabia que Boff acataria as medidas, como já dissera na resposta à notificação do cardeal Ratzinger e pelo seu espírito franciscano". Enfatizou, porém, que o Vaticano "não previa a solidariedade que as medidas provocaram, dentro e fora do Brasil". "Quando o Vaticano castiga um teólogo europeu - disse Richard - costuma retirá-lo da cátedra. Mas, na América Latina, a Igreja atua, principalmente, através da palavra. E foi justamente nisto que Boff foi atingido, em seu trabalho mais específico. Richard disse ainda que "a tarefa fundamental, nesta conjuntura, é fortalecer o trabalho de base para que não nos desgastemos demais nesses embates eclesiais". Lembrou que "ao atacar a Teologia da Libertação do Terceiro Mundo, o setor hegemônico no Vaticano prejudica a credibilidade da Igreja na América Latina" e que "esse setor deveria lembrar-se do que ocorreu no século 19, na Europa, quando a Igreja perdeu a classe operária, na expressão de um papa". (FSP - 2/7/85)

VATICANO DIZ À CNBB QUE NÃO REVÊ PUNIÇÃO DE BOFF

O Vaticano informou ontem a uma delegação da direção da CNBB, que não haverá alteração na punição imposta ao teólogo Leonardo Boff. A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e a Sagrada Congregação para os Religiosos comunicaram à CNBB que será mantida a pena de silêncio imposta a Boff - e que não há qualquer perspectiva de revisão das medidas adotadas pelo Vaticano. A delegação eclesial brasileira foi recebida ontem também pelo Papa João Paulo II, mas o comunicado oficial da Santa Sé não esclarece os assuntos tratados durante a audiência. Do encontro com o Papa participaram os bispos Ivo Lorscheiter, Benedito Ulhoa Vieira e Luciano Mendes de Almeida - respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Secretário da CNBB - além do Cardeal Aloísio Lorscheider e outros bispos membros da Comissão Doutrinal da CNBB. (O GLOBO - 6/7/85)

INDIOS

AUDITORES APONTAM MÁ ADMINISTRAÇÃO DE VERBAS NA FUNAI

Os auditores que estão analisando as contas da Fundação Nacional do Índio (Funai) relataram ao Ministro do Interior, que nunca haviam se deparado "com uma administração tão caótica": todo o orçamento previsto para o ano foi gasto apenas de janeiro a abril; o quadro de funcionários está hoje com quatrocentas pessoas a mais que o previsto; e para a instituição continuar funcionando até o final do

ano o governo terá de liberar mais Cr\$ 28 bilhões. As informações foram prestadas ontem, por Ronaldo Costa Couto, após palestra realizada na Escola Superior de Guerra, no Rio. Costa Couto declarou que a má administração das verbas da Funai surpreendeu os auditores do Ministério. A maior parte do orçamento da instituição para o ano de 85 - no valor de Cr\$ 12 bilhões - foi gasta apenas com viagens e hotéis. "Constatamos que na posse da 'Nova República' a Funai custeou a viagem de avião e hotel para seiscentos índios", afirmou o ministro. (FSP - 3/7/85)

CHEFE DE GABINETE FEDE DEMISSÃO DA FUNAI

O chefe de gabinete da Funai (Fundação Nacional do Índio), Daniel Coximi, pediu ontem exoneração do cargo em protesto contra a falta de recursos para a implementação da política do órgão. "A Nova República coloca na Funai pessoas sem o verdadeiro conhecimento da causa do índio e eu não estou aqui para ajudar a quem não ajuda as nações indígenas." O chefe de gabinete disse que não vem sendo feita a demarcação da maioria das terras indígenas, "com o governo permitindo a intromissão do branco na exploração de ouro e madeira, o que tem gerado conflitos e mortes". (FSP - 2/7/85)

CONFRONTO COM POLICIAIS CAUSA A MORTE DE ÍNDIO

Resultado do confronto entre índios apinajés e policiais da Tocantinópolis: um índio morto, outro em estado de coma e mais dois feridos, todos a bala. A informação foi dada ontem à noite pelo chefe da delegacia da Funai em Araguaína (Goiás), Fernando Eskiavini, que acusou o delegado da cidade, Sebastião Lima, de ter comandado o tiroteio, no domingo, quando alguns apinajés foram até a delegacia levar comida para dois companheiros presos. Os índios presos já estão soltos, informou o representante da Funai, que também está ameaçado de morte pelo delegado Sebastião Lima. Os índios divulgaram ontem uma nota em Tocantinópolis onde deixam claro: "Se o branco não fizer justiça, nós mesmos vingaremos nossos parentes". (FSP - 2/7/85)

CONFLITO NA ÁREA INDÍGENA

Os índios Xavantes da reserva de Sangradouro, Mato Grosso, município de Barra do Garças, fizeram seis reféns no dia 7 de julho, reivindicando que a Polícia Federal impeça que jagunços armados dificultem o levantamento para demarcação da área indígena de ocupação imemorial do Córrego de Volta Grande. Entre os reféns estão uma antropóloga, Claudia Menezes, o delegado de Cuiabá, José Carlos Barbosa, e o técnico Francisco Nogueira Lima, todos funcionários da FUNAI, além de um representante do INCRA e um jornalista de Brasília. A área tem 43 mil hectares e os jagunços são chefiados pelo advogado paranaense Mario Kremer, um dos maiores fazendeiros da região e amigo pessoal do Governador de Mato Grosso. Os jagunços bloquearam todas as vias de acesso à aldeia Dom Bosco; foi notada uma grande movimentação de aviões de outros fazendeiros vizinhos que estão levando suas próprias milícias particulares para os limites da reserva. O Governador iniciou forte pressão tanto sobre o Ministério da Justiça, para que não haja intervenção da PF (que por lei deve garantir a segurança de índios e não-índios em casos de conflito desse tipo), como sobre a imprensa para que o fato não seja noticiado (imprensa de Mato Grosso e TV Globo). Negociações estão em curso no ministério da Justiça e entidades como a ABA já se manifestaram apoiando as reivindicações dos Xavantes e condenando a polícia de invasão de terras indígenas em Mato Grosso. Os índios deram um prazo de 48 horas para a PF aparecer no local; caso contrário continuarão os trabalhos de demarcação na marra, levando os reféns na frente. (RJ, 7/7/85)

ULTIMA PAGINA

CARTA À POPULAÇÃO

Nós Brasiguaios, acampados em Mundo Novo, queremos contar um pouco de nossa história. É cheia de dor e sofrimento. Somos de todos os Estados do Brasil. Fomos obrigados a ir para o Paraguai.

A situação no Brasil era difícil.

A terra está na mão dos latifundiários. Não arrendam porque está cheia de capim ou plantada de soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra.

Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bôia-fria. Imigramos para o Paraguai.

Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura. E mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai.

Lá enfrentamos os seguintes sofrimentos:

1. A documentação era muito cara. A gente não tinha condições de fazer. Se não fizesse os documentos seria preso, espancado, depenurado. Era obrigado a trabalhar de graça, sem comer e ainda tomavam as coisas da gente. Davam tipos prá assustar e até existe casos de morte.

2. Os produtos da lavoura eram muito baratos e só podiam ser vendidos em duas cerealistas: "Miro Cereais" e "Arlindo Perim". Era impossível vender no Brasil, apesar do preço ser melhor, porque era contrabando.

Tinha que pagar 5% da lavoura para o comissário, tanto os donos de terra como os arrendatários. A situação dos arrendatários era pior ainda. Tinha que pagar mais 20%, 25% até 30% para o dono da fazenda. Se não pagasse ia preso.

3. QUESTÃO DA TERRA. A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra 3 vezes, 5 vezes, até 8 vezes. No final muitos companheiros foram despejados, presos e prá com pletar foram expulsos perdendo tudo. É o caso do companheiro Francisco Teixeira, José Yamashita e outros.

4. Além de tudo isso, a polícia vivia maltratando os brasileiros. Se um filho brigasse, a família toda ia presa. Se pagava, saia. Se não pagava, apanhava.

Assistência médica e escola não existiam prá nós. Estradas e pontes, a gente tinha que fazer.

Isso prova que não somos vagabundos, desordeiros ou agitadores. Estamos acampados porque queremos terra para plantar e criar nossa família. Não é de nosso gosto estar aqui. Mas no Paraguai não dava para ficar mais.

O governo falou que ia fazer a Reforma Agrária. Exigimos que cumpra imediatamente essa promessa.

Queremos dizer à população de Mundo Novo que fique tranquila. Se o governo no cumprir sua promessa não vamos ocupar terra de ninguém.

Agradecemos o apoio e as visitas que já recebemos. E contamos com a colaboração de todos, porque precisamos de alimentos, agasalhos, medicamentos, lornas... Todo tipo de ajuda será bem recebida.

Novo Mundo, 21 de junho de 1985

Brasiguaios acampados em Mundo Novo (Mato Grosso do Sul).